

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PESQUISAS (MPS E DIEESE)

RELATÓRIO: PRODUTO 7

Plano de Ação do Piloto de Emprego Doméstico

Contrato N° 06/2013 – MPS / DIEESE

NOVEMBRO DE 2013

BRASÍLIA DF


**DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**

EXPEDIENTE DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

GARIBALDI ALVES
Ministro da Previdência Social

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
Secretário de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 7º Andar, Sala 723
Brasília, DF - CEP: 70059-900
Fone: (61) 2021-5236/5342
Fax: (61) 2021-5195/5045
e-mail: leonardo.rguimaraes@previdencia.gov.br

ROGÉRIO CONSTANZI NAGAMINE
Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Fone: (55 61) 2021-5236
Fax: (55 61) 2021-5195
e-mail: rogerio.costanzi@previdencia.gov.br

MPS – Ministério da Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco F - CEP: 70059-900
Brasília - DF

Telefone: (61) 2021-5000
<http://www.previdencia.gov.br>

**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Rosane de Almeida Maia – Coordenadora Geral
Natali Machado Souza – Assistente Administrativo
Angela Maria Schwengber – Coordenadora técnica
Patrícia Lino Costa – Coordenadora técnica
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora técnica
Leonardo Cardoso dos Santos Escobar – Coordenador Técnico

Equipe Executora

DIEESE

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179 –
E-mail: institucional@dieese.org.br / <http://www.dieese.org.br>

Sede do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”
SCHN/CL 309, Bloco C, n. 54, sala 216, Asa Norte
Brasília - DF – Brasil - CEP: 70.755 - 530
Fone: (61) 3033 36 09 e (61) 3033 36 07
E-mail: rosanemaia@dieese.org.br

SUMÁRIO

1. DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	05
2. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NA II OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL	06
3. PLANO DE AÇÃO ELABORADO PELOS ATORES SOCIAIS	07
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	07
3.2 METODOLOGIA	09
3.3 PLANO DE AÇÃO DO PILOTO	15
ANEXOS I – PLANOS DE AÇÃO DOS GRUPOS	17
ANEXOS II – LISTAS DE PRESENÇA E FOTOS	20

1. DESCRIÇÃO DOS EVENTOS

Tipo de atividade: II Oficina de Diálogo Social
--

- **Nome:** II Oficina de Diálogo Social do Piloto Nacional de Emprego Doméstico
- **Local:** Casa de Retiro Assunção – Av. L2 Norte, 611, módulo E, SGAN, Brasília, DF
- **Data:** 31 de outubro e 1º. de novembro de 2013
- **Descrição das Atividades:** Oficina de diálogo social com os atores sociais (trabalhadores, empregadores e governos), com o objetivo de elaborar o plano de ações para o enfrentamento da informalidade no emprego doméstico brasileiro e estabelecer prioridades, responsáveis e prazos para a implantação das ações recomendadas.

2. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NA II OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL

NOME	ENTIDADE
Aldemir D. da Silva	CTB
Andrea Rufato	MPS
Bernardino Roberto de Carvalho	SEDEP
Bianca Briguglio	DIEESE
Carolina Veríssimo Barbieri	SPPS/MPS
Cleuza Maria Santos	Sindomestica-BA
Deuzinea Nogueira da Silva	SIT/MTE
Eduardo Góis de Oliveira	SEPPIR- Pres. Rep.
Eliana Gomes Menezes	Sindomestica-SP
Etieno da Souza Pereira	SINDIVACS-DF
Everaldo B. Oliveira	INSS
Fabíola Eliana Ferrari	Sindomestica
Fernandino Roberto de Carvalho	SEDEP-PR
Filipe Peixoto	MPS
Flávia Santana Rodrigues	DIEESE
Ildeci Pinto	SINDIVACS-DF
Joviniano Souto Queiroz	SETRE/BA
Ketlen da Silva Vieira	DIEESE
Lílian de Arruda Marques	DIEESE
Lindaci de Oliveira	Sindidom-PR
Lucileide M. Reis	Fetradoram
Luiza Batista Pereira	Sindomestica
Marcos Silva	Secretaria do Trabalho do GDF
Maria Euzilene Nogueira Leninha	Força Sindical
Maria Nadir Ferreira Ramalho	Sintrado-DF
Mário Alberto Avelino	Instituto Doméstica Legal
Natali Machado Souza	DIEESE
Patrícia Bernardo	CNTI/NEST
Paulo Donizete Bento	UnB
Pedro Mider G. Coutinho	MPS
Ruth Coelho Monteiro	Força Sindical
Rozeleide M. Reis	Sindto
Samara R. da Silva	Asbrale/Sintrado
Sirlei Oliveira	DIEESE
Sônia Maria Zerino da Silva	NCST
Wilma Simão de Lima	SINDCI- DF
Wilson Ferreira dos Santos	Sintdac

3. PLANO DE AÇÃO ELABORADO PELOS ATORES SOCIAIS

3.1 Contextualização

A informalidade é um grave problema no Brasil. Sua solução requer um esforço persistente de diferentes instituições, tanto do governo como da sociedade, voltado à formulação de ações e políticas consistentes e articuladas.

Visando uma intervenção social incidente sobre os marcos regulatórios, programas e políticas públicas e comportamentos na sociedade, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e o FUMIN/BID (Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento) firmaram o Convênio ATN/ME-11684-BR para desenvolver o projeto “Redução da Informalidade de Micro, Pequenas e Médias Empresas por meio do Diálogo Social”. Desde 2009 passou-se, então, a mobilizar os atores sociais de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais nos seguintes setores e localidades do País:

- 1) Comércio, em Porto Alegre/RS;
- 2) Construção Civil, em Curitiba/PR;
- 3) Confecções, no Agreste de Pernambuco;
- 4) Setor Rural:
 - 4.1 – agronegócio, na cultura do tomate em Morrinhos/GO;
 - 4.2 – agricultura familiar, na cultura da cebola em Ituporanga/SC;
 - 4.3 – cooperativas da agroindústria com segurados especiais da Previdência Social, na cultura do caju no Ceará.

As informações dos respectivos projetos-pilotos (objetivos, ações realizadas, redes de atores e relatórios das oficinas de diálogo social e capacitação dos atores locais) encontram-se disponíveis na página do Dieese:

<http://www.dieese.org.br/informalidade/informalidade.xml>

Em 10 de agosto de 2011 foi criado o Grupo Interministerial pela Portaria nº 491, assinada por seis Ministérios, sob a coordenação do Ministério da Previdência Social – MPS - objetivando “acompanhar, discutir, analisar e avaliar as propostas do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, coordenado pelo Dieese. Desde

de então o grupo composto por representantes dos órgãos do governo federal, dos atores sociais dos pilotos e outras organizações (ANFIP, SEBRAE, Contag) vêm discutindo tecnicamente e implementando as recomendações endereçadas ao governo federal a partir da realidade concreta das comunidades envolvidas.

(Ver <http://www.dieese.org.br/informalidade/portariaInterministerial.pdf>)

Em 11 de abril de 2013 foi celebrado, entre o Ministério da Previdência Social e o DIEESE, o Contrato N.º 06/2013 para a execução do projeto ***“Estratégias para redução da informalidade no emprego doméstico, serviços de alimentação – bares e restaurantes e na construção civil”***.

Com o propósito de ampliação do trabalho formal e redução da informalidade e da desproteção previdenciária dos trabalhadores, foram incorporados os seguintes Pilotos:

- a) Emprego Doméstico;
- b) Construção, em Salvador/BA;
- c) Serviços de Alimentação: Bares e Restaurantes, em Natal/RN.

Objetivo Geral:

Definir estratégias para reduzir a informalidade nas localidades/setores de elevada incidência de informalidade por meio da criação de espaço de diálogo social com os atores sociais para a explicitação e negociação das demandas e para a articulação de redes permanentes de instituições públicas e da sociedade civil comprometidas com o processo de formalização de empregos, empreendimentos e empresas, visando à inserção produtiva com proteção social.

Objetivos Específicos:

- a) Construir espaço de diálogo social entre o poder público, empresários e trabalhadores para elaboração de diagnósticos e propostas para viabilizar a inclusão com proteção social.

- b) Identificar e negociar, por meio do diálogo social, as principais demandas para a formalização, nos setores de atividade selecionados.
- c) Construir planos de ação, destacando-se as responsabilidades e prazos de implantação das ações e políticas recomendadas.

3.2 Metodologia

A metodologia fundamenta-se no diálogo social com os atores sociais nas localidades/setores selecionados, o qual permite a construção participativa de diagnósticos a partir da visão dos envolvidos no processo e, ainda, a construção de alternativas de intervenção articuladas e sistematizadas em Planos de Ações.

Ressalte-se que as informações, os conhecimentos produzidos coletivamente e as estratégias desenhadas pelos atores sociais permitem a intervenção sobre os problemas que dificultam a inclusão social no mundo do trabalho sem garantias e proteção social.

3.2.1 Modelo de Intervenção:¹

Atualmente considera-se que a informalidade não pode ser explicada pela consideração de uma determinação específica. De fato, a informalidade é um fenômeno complexo, que contou com diversas interpretações apontando para preocupações próprias de cada momento histórico e dos embates dos interesses em disputa. Não se pode dissociar, portanto, a informalidade das estruturas econômicas e das condições históricas do desenvolvimento das sociedades e países. O importante é que, cada vez mais, a informalidade é tida com um tema transversal especialmente para os países em desenvolvimento, onde a informalidade, em qualquer de suas múltiplas formas, pode atingir mais da metade da população ocupada.

A complexidade do tema e a crescente interação entre as atividades desenvolvidas pelo setor informal e os setores dinâmicos da economia vem propiciando uma maior relevância

¹ Baseado no Relatório de Balanço: 2010 – 2012 (DIEESE, 2012)
<http://www.dieese.org.br/projetos/informalidade/relatorioBalanco20102012.pdf>
Contrato de Prestação de Serviços Nº. 06/2013 - MPS e DIEESE

ao debate e à formulação de novas concepções e categorias de análise, voltadas para o desafio de incrementar a proteção social no âmbito do empreendedorismo autônomo e das atividades cooperativas, tanto como fomentar os ganhos de eficiência sistêmica decorrentes do combate à precarização do trabalho assalariado.

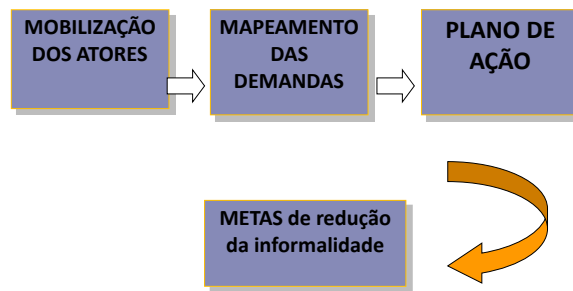
Almeja-se, portanto, enfrentar o problema da informalidade considerando-se que é um fenômeno de elevada complexidade que afeta a qualidade das ocupações nas diversas cadeias produtivas, impactando as comunidades menos favorecidas para as quais as políticas públicas nacionais tem tido pouca eficácia, dada a desarticulação com os entes federados e, sobretudo, as evidentes especificidades locais. Para se reconhecer as formas de existência do problema e propor coletivamente as recomendações de solução, o DIEESE desenvolveu o método para a criação do espaço de diálogo social com o objetivo de desencadear o processo de intervenção social nos projetos-piloto.

Assim, o processo pode ser reconhecido nos seus três momentos:

1. Mapeamento das demandas dos distintos atores sociais;
2. Implantação das recomendações de políticas (governos) e ações (sociedade civil) elaboradas no espaço de diálogo social estabelecido nas respectivas localidades; e
3. Análise, monitoramento, evolução e difusão de experiências.

O modelo de intervenção, propriamente dito, contempla as seguintes atividades:

- Mobilização dos atores sociais, por meio de visitas de sensibilização nas localidades selecionadas;
- Oficinas com os atores sociais para o mapeamento de demandas e necessidades em cada piloto;
- Elaboração de Plano de Ação, para ampliar a proteção social e intervir nas políticas públicas.



Nesse contexto são construídas coletivamente as recomendações para melhorar as condições de trabalho e produção e a qualidade de vida de um expressivo número de pessoas e comunidades, ampliando-se a proteção social e a legalização dos empreendimentos/empresas.

As características do modelo, que o diferenciam, de outros podem ser assim resumidas:

1. O diálogo social permite dar visibilidade aos trabalhadores e às formas de sua organização (daqueles que “vivem do trabalho”) e experimentar formas de articulação das políticas e das ações;
2. Nas localidades selecionadas há instituições atuantes, tanto como a institucionalidade necessária para o estabelecimento de compromissos e responsabilidades;
3. Os governos (autoridades constituídas) podem ser acessados.

Note-se que a intervenção social requer a utilização dos recursos (políticos/econômicos/locais/nacionais etc.) para uma mobilização que conduza a um maior nível de organização da sociedade para que acesse o estado em prol da conquista e/ou ampliação de direitos (proteção social) que, por sua vez, viabilize a atividade produtiva e a qualidade de vida dos cidadãos.



Os limites dessa estratégia específica são apontados pela forma de organização da produção nos Arranjos Produtivos Locais e também pela própria dinâmica e estrutura dos mercados nas cadeias produtivas que são objeto do modelo de intervenção.

Para se criar o espaço de Diálogo Social e constituir uma rede de atores articulados, é necessário:

1. Mobilizar os atores sociais;
2. Realizar uma reflexão coletiva sobre a história do fenômeno, considerando-se o setor de atividade/ramo específico;
3. Promover uma experiência exitosa de levantamento de problemas e recomendação de soluções;
4. Incentivar a divulgação e ressaltar o efeito demonstração sobre outros atores ("os pilotos são únicos, mas podem ser replicados").

3.2.2. Mediação

O DIEESE assume um papel essencial enquanto **entidade mediadora** entre o que é estabelecido no “plano de ação” por meio do diálogo social e a viabilização desse plano - momento culminante do processo de intervenção social transformador da realidade.²

Ressalte-se ainda que o DIEESE propicia o estabelecimento do espaço/arena de negociação (diálogo social), à medida que:

1. É uma instituição única (abarca todas as correntes do movimento sindical brasileiro);
2. Possui capacidade técnica para resolver questões e
3. Possui credibilidade frente a todos os atores sociais.

² O DIEESE possui uma vasta experiência em atividades de formação de dirigentes sindicais e de participação em espaços de negociação. A proposta metodológica e o modelo de intervenção foram elaborados com base na larga experiência de formação de dirigentes e assessores sindicais do DIEESE e estruturados a partir dos seguintes elementos (DIEESE, 2006): 1) Democracia e participação social; 2) Diálogo social; 3) Planejamento; 4) Concepção de educação. O primeiro pressuposto da metodologia, ou seja, a (1) *Democracia e participação social* considera a importância da ampliação da participação social no regime democrático. A consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira propiciou a ampliação da participação dos diversos atores e movimentos sociais em espaços variados de discussão e negociação de políticas públicas.

O segundo, (2) *Diálogo Social*, apresenta a prática do diálogo entre os atores sociais como um importante instrumento de participação. Ressalte-se que o diálogo social é definido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) como todos os tipos de negociação, consulta ou simples troca de informações entre representantes dos governos, empregadores e trabalhadores em questões relevantes para a política econômica e social.

O terceiro elemento da metodologia trata-se do (3) *Planejamento Estratégico Situacional – PES*. Desenvolvido por Carlos Matus (1989, 1996), esse planejamento pode ser apontado como alternativa às formas convencionais em que o estado se apresenta como único protagonista no ato de planejar. Considera-se, portanto, que o processo de planejamento cria um espaço para a participação dos diferentes atores sociais, tratando-se a realidade como algo complexo e incerto, que permite diferentes leituras dos processos sociais pelos distintos atores. A prática do *Planejamento Estratégico Situacional* ocorre através do processamento dos problemas e é realizada em quatro momentos: explicativo; normativo; estratégico e tático-operacional. Esses momentos são consequência da visão dinâmica do processo de planejamento e se caracterizam pela permanente interação entre eles e pela necessidade constante de retomada de qualquer um deles sempre que a mudança de situação assim o exigir.

Por último, a (4) *concepção de educação* adotada nesta metodologia sustenta-se numa abordagem sociohistórica, que “(...) considera a aquisição do conhecimento como um processo em que a interação dos participantes com o conhecimento que deseja obter não é solitária, mas sim, social; não é direta, mas mediada”. As atividades desenvolvidas a partir dessa concepção buscam propiciar o diálogo entre os conhecimentos produzidos pelos participantes ao longo da vida (ou seja, seu repertório) e o conhecimento acumulado, socialmente produzido. Na interação desses conhecimentos, mediados pelo conhecimento também trazido pelo formador, produz-se um novo conhecimento, transforma-se, ao mesmo tempo, o aprendiz, o formador e o próprio objeto do conhecimento – por que o olhar do sujeito o transforma. (DIEESE- Formação dos Conselheiros dos CETEPS: caderno do formador. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Salvador: DIEESE, 2012)

Em síntese, a metodologia baseia-se na ênfase ao processo de mobilização para formar sujeitos que conquistam direitos e proteção social e transformam a realidade em que vivem.

3.3 PLANO DE AÇÃO DO PILOTO DO EMPREGO DOMÉSTICO CONSTRUÍDO NA II OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
 Regulamentação da Emenda Constitucional - EC - 72, respeitando-se a redação original e as propostas dos sindicatos das trabalhadoras (ex.: contribuição sindical): ○ Mobilização da sociedade; ○ Realização de Audiências Públicas com instâncias governamentais; ○ Reuniões com os líderes das Comissões do Congresso Nacional.	❖ Centrais Sindicais, ❖ Federações, ❖ Associações, ❖ Sindicatos, ❖ DIEESE, ❖ Movimentos sociais.	IMEDIATO E PERMANENTE, ATÉ QUE SEJA APROVADA A REGULAMENTAÇÃO. 2013/2014
 Promover e apoiar ações educativas e campanhas de informação e conscientização para mudança de cultura: ○ Campanhas publicitárias nas grandes mídias; ○ Ações comunitárias; ○ Inclusão do conteúdo no currículo escolar; ○ Produção de material sobre direitos (cartilha)*. *Custo estimado da cartilha (3.000 exemplares impressos): R\$ 16.800,00	❖ Centrais Sindicais, ❖ Federações, ❖ Associações, ❖ Sindicatos, ❖ DIEESE, ❖ Movimentos sociais, ❖ Governo Federal (MPS, MTE, MDS, SEPPIR, SPM)	2013/2014
 Regulamentação da “trabalhadora diarista” como trabalhadora doméstica com todos os direitos previdenciários e trabalhistas conforme a Convenção 189 da OIT: ○ Lutar pela ratificação da Convenção 189 da OIT e regulamentação da EC 72, com propostas das trabalhadoras; ○ Participação na audiência pública do dia 20 de novembro de 2013 com a finalidade de modificar a redação do texto da EC 72; ○ Consultar o PL 7279/2010 e promover discussão para definição das ações – (modificar a redação do Projeto de Lei). ○ Inclusão da diarista na folha eletrônica (e-Social)	❖ Centrais Sindicais, ❖ Federações, ❖ Associações, ❖ Sindicatos, ❖ DIEESE, ❖ Movimentos sociais, ❖ Governo Federal (MPS, MTE, MDS, SEPPIR, SPM), ❖ Instituto Doméstica Legal	PERMANENTE

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
 Criação de multa para o empregador que não assinar a CTPS do/a trabalhador/a doméstico/a: ○ Consultar o PL 7156/2010 e promover discussão para definição das ações.	❖ Centrais Sindicais, ❖ Federações, ❖ Associações, ❖ Sindicatos, ❖ Instituto Doméstica Legal	2013
 Resgate do Programa “Trabalho Doméstico Cidadão” -TDC – da forma como foi construído originalmente, a nível nacional, em 2006: ○ Realizar audiências públicas com MTE, SEPPIR, MDC, SPM, CEF, MEC, OIT, ONU Mulher	❖ Centrais Sindicais, ❖ Federações, ❖ Associações, ❖ Sindicatos, ❖ DIEESE, ❖ Movimentos sociais, ❖ Governo Federal (MPS, MTE, MDS, SEPPIR, SPM), ❖ Instituto Doméstica Legal	1º. SEMESTRE DE 2014
 Fiscalização e responsabilização: ○ Mapeamento de todas as ações do Governo Federal e Estadual relacionadas ao ED (com apoio das Centrais Sindicais); ○ Mapeamento de todos os sindicatos e associações laborais e patronais que possuem ações relacionadas ao ED e convênios com órgãos públicos sobre o tema; ○ Treinamento e capacitação dos sindicatos.	❖ FONSET (Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho), ❖ Centrais Sindicais ❖ Federações, Sindicatos ❖ Associações ❖ DIEESE ❖ MTE, MPS, SEPPIR, MDC, SPM, CEF, MEC, ❖ OIT, ONU Mulher	PERMANENTE E IMEDIATO
 Redução das alíquotas de contribuição do INSS para trabalhadores e empregadores domésticos: ○ Consultar o PL 7082/2010 e promover discussão para definição das ações – (revisão do conteúdo para aprovação ou modificação).	❖ Centrais Sindicais, ❖ Federações, ❖ Associações, ❖ Sindicatos, ❖ Instituto Doméstica Legal	2013

ANEXO I**PLANO DE AÇÃO DO GRUPO: GOVERNOS**

O QUE?	COMO?	QUEM?	QUANDO?
1- INFORMAÇÃO a. Conscientização	• Publicidade do PEP • Ações comunitárias. • Inclusão no currículo escolar; grandes mídias	Governo, Sindicatos, Parceiros MEC, sociedade civil e governos estaduais	Permanente e imediato
2- FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE	• Fortalecimento dos sindicatos; • Treinamento e subsídios. • Mapeamento	Sindicatos, Confederações, MTE e MPS	Permanente e imediato 2004
3- AUMENTO DA OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	• Recomendação de ampliação da oferta	Governos/contato com Casa Civil/ DIEESE/ Sindicatos	6 meses
4- PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS	• Elaboração conjunta de proposta para alteração na lei existente	Rede Domésticas (Projeto DIEESE)	3 meses

PLANO DE AÇÃO DO GRUPO: TRABALHADORES/AS

O QUE?	COMO?	QUEM?	QUANDO?
1. Regulamentação de EC 72, respeitando a redação original, inclusive com o imposto sindical	Mobilização, audiências públicas com instâncias governamentais, Líderes das Comissões	Sindicatos da categoria, Centrais Sindicais, movimento de mulheres e sociais, Federações e Confederações.	Início em jan/2014 e Permanente até que seja aprovada
2. Resgate do TDC (Trabalho Doméstico Cidadão) como foi construído originalmente à nível nacional	Audiências com MTE, SEPPIR, MDC, SPM, CEF, MEC, OIT, ONU-Mulher.	Escolas Técnicas e compromissadas com causas sociais (ex.: IFB, CEFET, DIEESE)	Começar no 1. Semestre de 2014
3. Regulamentação da trabalhadora diarista como trabalhadora doméstica, com todos os direitos previdenciários e trabalhistas, conforme Convenção 189 da OIT	Lutar pela ratificação da Convenção 189 da OIT e Regulamentação dessas trabalhadoras na Lei que trata da EC/72	Sindicatos, Federações, Confederações e Centrais Sindicais e movimentos sociais	Luta permanente
4. Multa para o Empregador que não cumprir a Lei, incluindo o mesmo no SPC/SERASA pela não contribuição da Previdência e o registro na carteira CTPS/Social	Fiscalização com autorização do MPT, MTE, Justiça do Trabalho	Sindicatos e trabalhadoras da categoria juntas. Fazer denúncia no MPT, MTE e Justiça do Trabalho.	Na regulamentação da EC 72
5. Obrigatoriedade de carta de referência	Por escrito	Pelo Empregador/a, no momento da demissão.	Na rescisão do contrato

PLANO DE AÇÃO DO GRUPO: EMPREGADORES/AS

O QUE?	COMO?	QUEM?	QUANDO?
1. Redução do INSS do patrão de 12% para 4%	• PL 7.082/2010 • PLP 302/2013	Congresso Nacional	2013/2014
2. Contribuição Sindical obrigatória para ambos	• PLP 302/2013, art. 45 (trocando isento por obrigatório)	Congresso Nacional Câmara dos Deputados	2013/2014
3. Multa para Empregador que não cumpre a Lei – a favor de empregado	• PL 7.156/2010 • PLP 302/2013	Câmara dos Deputados	2013
4. Refinanciamento da dívida do INSS do patrão em 120 meses, sem multa (20%) e juros baixos	• PL 6.707/2009 • PL 302/2013	Câmara dos Deputados Senado Federal.	2013
5. Redução da contribuição ao INSS da diarista de 11% para 5%	• PL 7.279/2010	Câmara dos Deputados Senado	2013
6. Cuidador de Idosos – abatimento de toda despesa salarial no imposto de renda	• PLP 302/2013	Câmara dos Deputados Senado	2013/2014
7. Fiscalização > primeiro acionada pelo Sindicato > MTE	• PL 302/2013	Congresso Nacional	2013/2014

ANEXO II: Listas de presença e Fotos

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina Nacional de Diálogo Social do Piloto do Emprego Doméstico

Local: Brasília/DF

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 31/10/2013
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	JOVINIANO QUEIROZ	SETRE	(71) 3115-1525	JOVINIANO.QUEIROZ@SETRE-BA.GOV.BR	Joviniano S. Queiroz
2	Andréia de Oliveira	Sindidom	41-3276-9661	andreiadom@gmail.com	Andréia de Oliveira
3	Blusa M. de S. Santos	Sindomestico	134-963063	Sindomestico@ig.com.br	Blusa M. de S. Santos
4	Liana G. Menezes	Sindomestico	(11) 33266858	liana@sinformestica.com.br	Liana G. Menezes
5	FLÁVIA SANTANA RODRIGUES	DIEESE	(71) 3115-1635	flavia@dieese.org.br	Flávia S. Rodrigues
6	Sirlei M. Oliveira	Dieese	(41) 99313032	Sirlei@dieese.org.br	Sirlei M. Oliveira
7	Rozelide M. Reis	Sindac	41-32242405	rozelm@ig.com.br	Rozelide M. Reis
8	Wilson Ferreira dos Santos	SINDIAC	93-8819811	WilsonSantos@ig.com.br	Wilson Ferreira dos Santos
9	MARIO ALBERTO AVELINO	DOMESTIC LEGAL	41-81451048	MARIO.AVELINO@DOMESTICLEGAL.COM.BR	Mario Alberto Avelino
10	Luiza Batista Pereira	Sindomestico	81-86766015	domestic@ig.com.br	Luiza Batista Pereira
11	BRUNO MARIA ADELINO	Fenotrad	71-33213871	fenotrad@ig.com.br	Bruno Maria Adelino
12	BERNARDINO ROBERTO DE CARVALHO	SEDCO - PR	41-32842892	BERNARDINO@SEDCO-PR.COM.BR	Bernardino Roberto de Carvalho
13	FABÍOLA CLIANA FERRARI	SINDOMESTICA	11-971671279	Ferrari.Fa@hotmail.com	Fabíola Cliana Ferrari
14	MARCUS JAVIER SILVA	SETRE	61-85664258	MARCUS.JAVIER@SETRE-BA.GOV.BR	Marcus Javier Silva
15	CAROLINA VERISSIMO BARBIERI	MPS SPS	61-3021-5176	CAROLINA.BARBIERI@PERSEUS.COM.BR	Carolina Verissimo Barbieri

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina Nacional de Diálogo Social do Piloto do Emprego Doméstico

Local: Brasília/DF

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					
DATA: 31/10/2013					
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
16	Andrea Rufato	MPS	61 2021 5309	andrea.rufato@previdencia.gov.br	Rufato
17	BIANCA BRIGUGLIO	DIEESE	61 8357 0011	bianca@dieesx.org.br	Bianca
18	Filipe Renato	MPS	61 2021-5342	Filipe.Renato@previdencia.gov.br	Filipe
19	Márcia Nadine Ferrera Paulo	Sinpro	61 3321 9652		Márcia
20	Sandra R. de S. Nery	Abraço/Sinpro	3321 0599	asbrale.df@gmail.com	Sandra
21	DEUZINEA NOGUEIRA DOSILVA	SIT/MTF	61 2031 6855	deuzinea.fepse@mte.gov.br	Deuzinea
22	RUTH COELHO MONTEIRO	FORÇA SINDICAL	3381 8148	ruthcmonteiro@gmail.com	Ruth
23	WILMA SIMÃO DE LIMA	SINDICI-DF	61 9339-1058	SINDICI.DISTRITOFEDERAL@GMAIL.COM	Wilma
24	Liliane Aranda Marques	DIEESE	61-8404 8299	lilian@dieese.org.br	Liliane
25	NATALI MACHADO SOUZA	DIEESE	61 9312-1808	natali@dieese.org.br	Natali
26	Kellen do Alva Queiroz	DIEESE	61 9201-7573	kellen@dieese.org.br	Kellen
27	Everaldo B. Oliveira	INSS	61 9657-3517	everaldo.oliveira@ins.gov.br	Everaldo
28	Sônia Mª Zerino da	NCST	61 9298 3946	soiazerino@oi.com.br	Sônia
29	Idaia Pinto	SINDI VACS	61 9632-3946	idaia.flor@gmail.com	Idaia
30	ETIENNA DE SOUSA PEREIRA	SINDI VACS	61 99324566	ETIENNA.SOUSA@GMAIL.COM	Etienne

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina Nacional de Diálogo Social do Piloto do Emprego Doméstico

Local: Brasília/DF

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 31/10/2013
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
31	Ademir Domicio da Silva	CTB	85881888	AdemirDAPS@GMAIL.COM	
32	Pedro Mider G. Coutinho	MPS	61-2021-5243	pedro.coutinho@previdencia.gov.br	
33	Marica Euzilene Nogueira Cerinha	Força Sindical	11 97018 0031	euzilene@metalurgicos.org.br	
34	Paulo Dinizete Bento	UnB	(61) 91819710	paulo.bento@gmail.com	
35	RUTH COELHO MONTENEGRO	FORÇAS UNIDAS	(13) 981216148	ruthcoelho@ig.com	
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina Nacional de Diálogo Social do Piloto do Emprego Doméstico

Local: Brasília/DF

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 01/11/2013
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	JOVINIANO SOUTO QUEIROZ	SETRE	(71) 3115-1523	JOVINIANO.QUEIROZ@SETRE-DA-BA.GOV.BR	Jovini
2	FLAVIA SANTANA RODRIGUES	DIEESE	(71) 3115-1635	FLAVIA@DIEESE-ORG.BR	Flavia S. Rodrigues
3	Eduardo Góis de Oliveira	SEPP/IR/PA	(61) 2025-7033	eduardo.oliveira@seppir.gov.br	Eduardo
4	Wilson Ferreira dos Santos	SINTSAG	(91) 8819-1114	wilson.sintzag@horadadecor.br	Wilson
5	Luiz Carlos de Oliveira	Sindicato	(48) 9123-7321	luizcarlosoliveira@gmail.com	Luiz Carlos
6	Rozelinde M. Reis	Sindicato	(61) 3224-2405	rozalinde@hotmaul.com	Rozelinde
7	Pablo Amadeu Bento	UNB (SCL)	(61) 3183-9150	pablo.benton@gmail.com	Pablo
8	Rozelinde M. Reis	FETRACOM	(41) 3424-2405	rozalinde2003@uol.com.br	Rozelinde
9	Flávia Pinto	SINDIVACS-DE	(61) 3132-3462	flavia.pinto@gmail.com	Flávia
10	Silke M. Oliveira	DIEESE	(71) 3115-1635	Silke@dieese.org.br	Silke
11	BERNARDINO ALBERTO DE CARVALHO	SESEP-PR	(41) 9983-0500	BERNARDINOCARVALHO@RADIAPOESBR.COM.BR	Bernardo
12	Marcelo Kelly Ferreira Pinheiro	Sintab-DF	(61) 3995-5425	Marcelo@viva.com.br	Marcelo
13	Enivaldo P. Oliveira	INSS	(61) 9657-3517	enivaldo.oliveira@INSS.gov.br	Enivaldo
14	Ruth Lúcia Monteiro	FORÇA SINDICAL	(13) 9191-1448	ruth@forca-sindical.org.br	Ruth
15	Diana Gomes Mendes	Sintab-DF	(61) 3326-8555	diana@viva.com.br	Diana

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina Nacional de Diálogo Social do Piloto do Emprego Doméstico

Local: Brasília/DF

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					
DATA: 01/11/2013					
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
16	Glennia M. de S. Santos	Sindanestico	71 9630 6213	glennia2014@gmail.com.br	
17	Kauiza Batista Pereira	Sindanestico	81 8676 6015	domestic@ig.com.br	
18	maria euzilene nequeira leninha	Farga Sindical	11 97018 0031	euzilene@metalurgicos.org.br	
19	Liliane Almeida	DIEESE	61 8404 8299	liliane@dieese.org.br	
20	Sandra R. da Silva Almeida	Asbrale Sindicato	9907 9907	asbrale.df@gmail.com	
21	Filipe P. Costa	MPS	61-20215541	Filipe.Pereira@previdencia.gov.br	
22	Patricia Bernardes	CONTI/NEST	61 8144-2856	patriciabernardes@gmail.com	
23	BIANCA BRIGOLIO	DIEESE	61 8357 0011	bianca@dieese.org.br	
24	Fabíola Chaga Ferraz	SINDOMESTICOS	11 941671277	fabriola_fa@hotmail.com	
25	CAROLINA VERISSIMO BARBERI	SPPS/MPS	61-2021-5176	CAROLINA.BARBERI@PREVIDENCIA.gov.br	
26	Andressa Rufato	MPS	61-2021-5309	andressa.rufato@previdencia.gov.br	
27	Ketlen do Alto Buzio	DIEESE	61 9201-7528	Ketlen30@dieese.org.br	
28	MARCOS ANTONIO SILVA	SINDA DF	61 8564 4058	MARCOSANB@GMAIL.COM	
29	DEUZINE A. NOGUEIRA DA SILVA	MPS	61 8031 6855	deuzinea.lopes@mt.gov.br	
30	Pedro Mader G. Coutinho	MPS	61-2021-5342	pedro.coutinho@previdencia.gov.br	

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina Nacional de Diálogo Social do Piloto do Emprego Doméstico

Local: Brasília/DF

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA DATA: 01/11/2013					
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
31	NATALLY MACHADO SOUZA	DIEESE	61 9312-1808	nataly@dieese.org.br	
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					

FOTOS DA II OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL DO PILOTO NACIONAL DE EMPREGO DOMÉSTICO

- **Local:** Casa de Retiro Assunção – Av. L2 Norte, 611, módulo E, SGAN, Brasília, DF
- **Data:** 31 de outubro e 1º. de novembro de 2013



